

4.6 Registros de Mídia ¹⁷			
	2018 -Atual		Publicação do Lattes reporta que Edgard Alves atua em "Consultoria de Governança e Gestão FACEV"
LinkedIn ¹⁹	10/1981 - 07/2006	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do LinkedIn reporta que Edgard Alves foi Diretor Adm-Financeiro, atuando como Diretor Adm Financeiro e desenvolvimento organizacional e gestão corporativa da FUNARBE - fundação Arthur Bernardes de outubro de 1981 a julho de 2006.
	03/1985 - 02/2005		Publicação do LinkedIn reporta que Edgard Alves foi Presidente do Conselho Diretor e Tesoureiro do Centro Evangélico de Missões - CEM, de março de 1985 a fevereiro de 2005.
	11/2001 - 10/2010		Publicação do LinkedIn reporta que Edgard Alves foi Presidente do Conselho Fiscal e de Administração na AGROS Instituto UFV de Seguridade Social de novembro de 2001 a outubro de 2010.
	11/2010 - 01/2015		Publicação do LinkedIn reporta que Edgard Alves foi Presidente Cons. Administração da Asas de Socorro - <i>Wings of Help</i> de novembro de 2010 e janeiro de 2015.
	01/2013 - 12/2013		Publicação do LinkedIn reporta que Edgard Alves teria sido de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, Diretor Presidente da Fundação Facev.
Atens UFV ²⁰	2007-2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal da Atens UFV reporta que Edgard Alves teria feito parte do conselho fiscal da Associação de profissionais de Nível Superior da Universidade Federal de Viçosa como titular nos anos de 2007 a 2012, retornando como suplente na gestão dos anos 2016 a 2018,
Secretaria de Estado de Governo ²¹	29/07/2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da Secretaria de Estado de Governo reporta que Edgard Alves teria sido contratado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. "Resumo de Contrato. Partes: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, pelo Comandante do 44º BPM e o Posto de Combustível Teimosão Ltda. Espécie: Contrato nº 11760/2010. Objeto: Aquisição de 3.000 mil litros de Diesel e 10.000 mil litros de gasolina Comum, para atender necessidades da 26ª Cia PM Ind - Itaobim, com entrega parcelada conforme adjudicação que lhe foi feita pelo Comandante do 44º BPM, nos autos do processo de licitação Nº 1256891 42/2010 - 44º BPM - Menor Preço. Vigência: de 05/08/2010 a 31/12/2010. Foro: Belo Horizonte/MG. Ten-Cel PM Romildo Scheffer (Contratante) e Edgard Francisco Alves (Contratado)".
Folha da Mata ²²	21/08/2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e	Publicação do portal de notícias Folha da Mata reporta que Edgard Alves teria

¹⁹ Fonte: [LinkedIn](#). Acesso em 25/05/2020.

²⁰ Fonte: [Atens UFV](#). Acesso em 25/05/2020.

²¹ Fonte: [Secretaria de Estado de Governo](#). Acesso em 25/05/2020.

²² Fonte: [Folha da Mata](#). Acesso em 25/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹⁷			
		Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	tomado posse do cargo de Assessor especial da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa.
FACEV ²³	2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal da Favev reporta em seu relatório que Edgard Alves teria participado da Equipe de Administração como Membro da Diretoria Executiva atuando como Consultor de Governança.
Diário Oficial da União ²⁴	28/02/2018	Outras Parcerias Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal do Diário Oficial reporta que Edgard Alves assinou representando a FACEV contrato firmado entre a entidade e o Município de Almera em Minas Gerais com o objeto de cooperação técnica na forma de projetos de extensão pelo departamento de Estatística. "ESPÉCIE: Contrato n.º 226/2017. PARTES: Município de Almenara/MG/Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV)/UFV. OBJETO: Cooperação técnica-científica na forma de projeto de extensão pelo Departamento de Estatística da UFV. PRAZO: 18 (dezoito) meses. PROCESSO N.º: 013828/2017. VALOR: R\$ 414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil reais). DATA DA ASSINATURA: 15-12-2017 ASSINAM: Pela Prefeitura Municipal de Almenara/MG, Ademir Costa Gobira, Prefeito Municipal. Pela Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV), Edgard Francisco Alves, Diretor-Presidente. Pela UFV, João Carlos Cardoso Galvão, Reitor em Exercício. Pelo Coordenador, Prof. Prof. Dr. Gerson Rodrigues dos Santos".
Diário Oficial da União ²⁵	28/02/2018	Outras Parcerias Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal do Diário Oficial reporta que Edgard Alves assinou como representante da FACEV Extratos de Convênios entre a UFV - Universidade de Viçosa a Fundação Renova/ SIF/ FUNARBE/ FACEV, que tem como objetivo de de Estabelecimento de condições básicas de cooperação entre as partes. "ESPÉCIE: Convênio n.º 61/2017. PARTES: UFV/Fundação Renova/SIF/FUNARBE/FACEV. OBJETO: Estabelecimento de condições básicas de cooperação entre as Partes. PRAZO: 05 (cinco) anos. PROCESSO n.º: 009950/2017. DATA DA ASSINATURA: 06-12-2017. ASSINAM: Pela UFV, Nilda de Fátima Ferreira Soares, Reitora. Pela SIF, Sebastião Renato Valverde, Diretor Geral. Pela FUNARBE, Luiz Eduardo Dias, Diretor-Presidente. Pela FACEV, Edgard Francisco Alves, Diretor-Presidente. Pela Fundação Renova, Roberto Silva Waack, Presidente e Marcelo Figueiredo, Diretor de Programas".

²³ Fonte: [Facev](#). Acesso em 26/05/2020.

²⁴ Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 26/05/2020.

²⁵ Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 25/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹⁷			
Diário Oficial da União ²⁶	29/05/2018	Outras Parcerias Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal do Diário Oficial da União reporta que Edgard Alves estaria representando a FACEV em extrato de contratos firmado entre a instituição a Universidade de Fiçosa e a Olam Agrícola Ltda. O contrato possui objeto de prestação de serviços educacionais por parte da UFV sob gestão da FACEV visando pagamento de bolsa de estudos pela Contratante de acordo com condições especificadas no presente instrumento. "ESPÉCIE: Contrato UFV n.º 228/2017. PARTES: UFV/Olam Agrícola Ltda./Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV). OBJETO: Prestação de serviços educacionais por parte da UFV sob gestão da FACEV visando pagamento de bolsa de estudos pela Contratante de acordo com condições especificadas no presente instrumento. PRAZO: 48 (quarenta e oito) meses. PROCESSO N.º: 011892/2017. VALOR: R\$ 211.992,00 (duzentos e onze mil novecentos e noventa e dois reais). DATA DA ASSINATURA: 15-12-2017. ASSINAM: Pela UFV, João Carlos Cardoso Galvão, Reitor em Exercício. Pela Olam Agrícola Ltda., Gender José Brigagão Pinheiro de Alcântara. Pela FACEV, Edgard Francisco Alves, Diretor-Presidente. Pelo Coordenador, Prof. Ângelo Pallini. Pelo Chefe de Departamento de Entomologia, Prof. Eraldo Rodrigues de Lima".
Escavador ²⁷	31/01/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Escavador reporta que Edgard Alves seria "Co-Fundador do Instituto de Previdência AGROS, Fundação de apoio FUNARBE, Supermercado Escola, Laticínios Viçosa, Editora UFV, CENTEV-Incubadora, bem como do CEM, REBUSCA e CPV. Revitalização da Fundação de apoio FACEV, CEE, Hotel Escola e da FRATEVI - RTV. Diretor das Fundações de apoio e do CENTREINAR. Presidente dos Conselhos de Administração e/ou Fiscal do AGROS, CEM e Associação Asas de Socorro para a região amazônica".
Alerta Diário ²⁸	31/01/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Alerta Diário reporta que Edgard Alves representando a FACEV assinou contrato com a Vale com o objeto de Prestação de Serviço de Assessoria Técnica para os estudos que abrangem geotecnia e disciplinas associadas. "ESPÉCIE: Contrato nº 64/2020. PARTES: VALE S.A./FACEV/UFV. OBJETO: Prestação de serviço de assessoria técnica para os estudos que abrangem geotecnia e disciplinas associadas. PRAZO: ATÉ 22/03/2022. PROCESSO nº: 001143/2020. DATA DA ASSINATURA: 12-05-2020. ASSINAM: Pela FACEV, Edgard Francisco Alves, Diretor-Presidente. Pela UFV, Demétrius David da Silva, Reitor. Pela VALE S.A., Nayara de Almeida Canavez, Tulio Vinicius Arantes de Araujo e Willis Ramon Da Silva Pereira".

²⁶ Fonte: [Diário Oficial da União](#). Acesso em 25/05/2020.

²⁷ Fonte: [Escavador](#). Acesso em 25/05/2020.

²⁸ Fonte: [Alerta Diário](#). Acesso em 25/05/2020.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br



Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente à Gumercindo Souza Lima (“Gumercindo”), inscrito no CPF 479.078.356-15, Engenheiro Florestal, atua como Coordenador Geral na Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”)¹.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

¹ Pág. 133 do Plano de Trabalho NACAB - versão 49.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

GUMERCINDO SOUZA LIMA

JUNHO DE 2020



**Building a better
working world**



Número do documento: 20070618334217700000121981683

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334217700000121981683>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:42

26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Gumercindo Souza Lima", ("Gumercindo Lima", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 479.078.356-15, e com entidades a ele relacionadas (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Centro de Ensino de Extensão ("Centro de Ensino")	Pessoa Jurídica	25.944.356/0001-04
José Mauro de Souza Lima ("José Lima")	Pessoa Física	283.027.886-00
Lydia Iglesias de Souza Lima ("Lydia Lima")	Pessoa Física	064.683.866-08



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

- 2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 10 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:
- 2.1.1. Registros corporativos;
 - 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
 - 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
 - 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
 - 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
 - 2.1.6. Registros de filiação partidária;
 - 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
 - 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
 - 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
 - 2.1.10. Registros de mídias digitais;
- 2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:
- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
 - 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
 - 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
 - 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: “e-saj”, “Projudi”, “PJe”, etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão “Processos Judiciais e Administrativos” são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de

dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa (“localização atual”). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitados ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;

- Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	Gumercindo Lima
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Gumercindo Lima
Filiação partidária	4.4	José Lima
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Gumercindo Lima Centro de Ensino José Lima
Interações com agentes públicos ou administração pública		Gumercindo Lima Centro de Ensino
Parcerias com ATI em questão		Gumercindo Lima
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Gumercindo Lima
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4. RESULTADOS

a) Gumercindo Souza Lima

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Gumercindo Souza Lima	
CPF	479.078.356-15	
Data de Nascimento	17/04/1962	
Posição	N/A	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
Centro de Ensino de Extensão	25.944.356/0001-04	0,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	26/05/2020	N/D ²
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/D ³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	26/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 479.078.356-15 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 25/05/2020.

³ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao Target em âmbito nacional.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D ⁴	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Gumerindo Souza Lima	PT	Viçosa - MG	2004	BRL 686,00
Comitê Financeiro Municipal Único	PSDC	Viçosa - MG	2008	BRL 500,00
José Cesar de Medeiros	PT	Minas Gerais	2010	BRL 300,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ⁵	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
Poder Executivo Federal	Universidade Federal de Viçosa - MG	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	N/I	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

⁵ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 26/05/2020.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		01				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		06				

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/A	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Ciência por Brumadinho ⁸	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Ciência por Brumadinho reporta que Gumerindo Lima "Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (1984), Especialização em Primatologia, pela Universidade de Brasília (1987), Mestrado em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal do Paraná (1991) e Doutorado em Ciências Florestais, pela Universidade Federal de Viçosa (2003). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa, atuando na Graduação e na Pós-Graduação.(...) Tem experiência em Gestão e Administração Pública, tendo exercido os cargos de Diretor do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Diretor Geral do Centro de Ensino e Extensão, Presidente da Fundação Artístico e Cultural da UFV (FACEV) e Diretor Científico do Centro Brasileiro para a Conservação da Natureza (CBCN). É membro de Conselho editorial de 02 Periódicos Científicos. Atualmente é coordenador Científico do Polo de Excelência em Florestas (SECTES/MG)."
SAAE Viçosa ⁹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias SAAE Viçosa relata que Gumerindo Lima, em evento realizado pelo "Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Viçosa, DEMA, e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa, SAAE", teria apresentado trabalho sobre elaboração do texto base e projeto de criação da área de proteção ambiental de São Bartolomeu, MG.
Lattes ¹⁰	1980 - 1984	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria se formado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa, UFV.
	1986 - 1988		Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria atuado como "Professor assistente" na Universidade José do Rosário Vellano, UNIFENAS.
	1987 - 1987		Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria cursado "Especialização em Pós Graduação Em Primatologia" na Universidade de Brasília, UnB.
	1989 - 1991		Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria cursado "Mestrado em Engenharia Florestal (Conceito CAPES 5)" pela Universidade Federal do Paraná, UFPR.
	1990 - 1993		Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria atuado como "Professor auxiliar" na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR.

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ Fonte: [Ciência por Brumadinho](#). Acesso em 07/05/2020.

⁹ Fonte: [SAAE Viçosa](#). Acesso em 07/05/2020.

¹⁰ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 15/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷		
	1994 - Atual	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima seria "Professor Associado" na Universidade Federal de Viçosa, UFV, em regime de dedicação exclusiva.
	1999 - 2000	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria sido "Diretor de Monitoramento e Controle" no Instituto Estadual de Florestas, IEF-MG.
	1999 - 2000	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria atuado no Conselho de Política Ambiental, COPAM. Outra mídia identificada, datada de 27/10/2008, refere-se a ata de reunião do COPAM, mencionando a presença de Gumerindo Lima.
	2001 - 2003	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria cursado "Doutorado em Ciência Florestal (Conceito CAPES 6)" pela Universidade Federal de Viçosa, UFV.
	2004 - Atual	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima atuaria nas atividades de "Conselhos, Comissões e Consultoria" do Conselho de Política Ambiental, COPAM. Outra mídia identificada, datada de 27/10/2008, refere-se a ata de reunião do COPAM, mencionando a presença de Gumerindo Lima.
	2004 - 2008	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria sido conselheiro do Conselho de Política Ambiental, COPAM. Outra mídia identificada, datada de 27/10/2008, refere-se a ata de reunião do COPAM, mencionando a presença de Gumerindo Lima.
	2008 - 2014	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria atuado como "Pró-Reitor de Extensão e Cultura" na Universidade Federal de Viçosa, UFV.
	2008 - 2015	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria sido Presidente do Centro de Ensino de Extensão, CEE.
	2008 - 2015	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria sido Presidente do Fundação Artístico e Cultural de Viçosa, FACEV.
	2009	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria recebido o prêmio ou título "Expressão Viçosa - Destaque na Comunidade Viçosense, Entidade Cultural."
	2010	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria recebido "Menção Honrosa Trabalho: Promoção da sensibilização ambiental da comunidade universitária e de empresa do ramo alimentício sobre a utilização de sacolas plásticas e formas para racionalização do uso., Universidade Federal de Viçosa."
	2011	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria recebido o "Troféu Mestre Campeiro - Pelo apoio à Cultura Regional, Entidade Cultural."
	2014	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria recebido o "Diploma de Cidadão Benemérito do Município de Viçosa - Pelos Serviços Prestados à Comunidade, Câmara Municipal de Viçosa - MG."
	2014 - 2016	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria sido "Voluntário - Diretor" no Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenv. Sustentável, CBCN.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
	2015		Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima teria recebido a "Comenda Tiradentes - Pelos Serviços Prestados à Proteção do Meio Ambiente, Poder Público - Prefeitura Municipal de Viçosa."
	2015 - Atual		Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima atuaria como "Coordenador Científico" no Polo de Excelência em Florestas, PEF/SECTES-MG.
	2015 - Atual		Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima atuaria como Conselheiro do Conselho Estadual de Políticas Agrícolas, CEPA-MG.
Lattes ¹¹	2016 - Atual	Parcerias com ATI em questão	Publicação do Lattes reporta que Gumerindo Lima ocuparia o cargo de "Secretário executivo" no Núcleo de Ass. às Comun. Atingidas por Barragens, NACAB.
Fundação Zoo Botânica ¹¹	2003	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Fundação Zoo Botânica informa que Gumerindo Souza Lima faria parte da delegação do Estado de Minas Gerais que teria participado da Conferência Nacional do Meio Ambiente.
SEMAD ¹²	27/10/2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Ata de reunião do Conselho Estadual de Política Ambiental, vinculado ao Governo do Estado de Minas Gerais. Consta em ata que Gumerindo Lima teria informado que estaria deixando seu cargo de conselheiro, que teria ocupado desde 1999, para assumir um cargo na Pró-Reitoria na Universidade Federal de Viçosa.
Governo Federal ¹³	31/07/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias do Governo Federal reporta que Gumerindo Lima, pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa - UFV, teria recepcionado a então ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) que teria participado do encerramento da 2ª Semana da Mulher Rural, promovida pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).
Consulta de Diários Oficiais ¹⁴	28/02/2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial de Minas Gerais, reproduzida pelo portal Consulta de Diários Oficiais, reporta contrato celebrado entre o Município de Ponte Nova - MG, FUNARBE (Fundação Arthur Bernardes - Fundação de Apoio à Universidade Federal de Viçosa) e a Universidade Federal de Viçosa - UFV. Gumerindo Lima seria signatário do contrato pela FUNARBE. O contrato, assinado em 28/02/2014 teria como objetivo a "Execução de serviços técnicos

¹¹ Fonte: [Fundação Zoo Botânica](#). Acesso em 07/05/2020.

¹² Fonte: [SEMAD](#). Acesso em 07/05/2020.

¹³ Fonte: [Governo Federal](#). Acesso em 07/05/2020.

¹⁴ Fonte: [Consulta de Diários Oficiais](#). Acesso em 07/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
			e especializados de caráter não continuado de engenharia florestal destinados à consultoria e assessoramento para a elaboração de Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves”, vigência de 570 dias e valor de BRL 26.400,00. Não há no extrato do contrato, ou outras mídias identificadas, referência à FUNARBE.
Primeiro a Saber ¹⁵	27/03/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Primeiro a Saber reporta que a Prefeitura Municipal de São Bartolomeu - MG, estaria fazendo reuniões para discussão sobre a implantação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) na região. Segundo a mídia, “O projeto conta com a contribuição do engenheiro florestal e professor da UFV Gumercindo Souza Lima, que está cedendo ao Município um estudo que aborda todo o processo de implantação de uma APA. Gumercindo é especialista em planejamento de unidades de conservação e manejo de áreas protegidas.”
FACEV ¹⁶	11/05/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal de notícias FACEV informa que Gumercindo Souza Lima, entre 2008 a 2014, teria sido presidente da Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa - FACEV.
Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro ¹⁷	01/02/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro informa que Gumercindo Lima, qualificado na publicação como professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), teria palestrado no evento realizado pela prefeitura municipal para o “lançamento do Programa de Educação Ambiental Municipal (PEAM), com o lema ‘Nosso Futuro depende daquilo que fazemos hoje’. (...) Em sua palestra, o professor Gumercindo Souza Lima, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), abordou o tema Educação Ambiental em Áreas Urbanas próximas às Unidades de Conservação. Antes, no entanto, relembrou o histórico da política de preservação do país.”
NACAB ¹⁸	12/02/2020	Parcerias com ATI em questão	Publicação do portal de notícias NACAB reporta que Gumercindo Lima teria representado o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) em audiência pública “na cidade de Raul Soares, para debater os efeitos das barragens de Emboque e Granada no agravamento das cheias do rio Matipó.” Segundo a mídia, “O professor Gumercindo Souza Lima, que representou a entidade no evento, foi firme ao exigir a necessidade do Ministério Público implementar a ação de uma assessoria técnica independente que avalie se as hidrelétricas agravaram ou não as terríveis enchentes que ocorreram na cidade em janeiro último.

¹⁵ Fonte: [Primeiro a Saber](#). Acesso em 07/05/2020.

¹⁶ Fonte: [FACEV](#). Acesso em 07/05/2020.

¹⁷ Fonte: [Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro](#). Acesso em 07/05/2020.

¹⁸ Fonte: [NACAB](#). Acesso em 07/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷		
		<i>Para o professor Gumercindo, a 'audiência pública foi muito importante para que as populações atingidas pudessem exigir esse estudo independente pelo ministério público. Há ainda a necessidade de reparação de direitos suprimidos durante a construção e operação das PCH's'."</i>



b) Centro de Ensino de Extensão

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Centro de Ensino de Extensão		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	25.944.356/0001-04		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	N/I		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	30/09/1966		
Endereço	Parque Universidade Federal, Sem Número, Viçosa - MG, CEP: 36.570-001		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I ¹⁹		
Website ²⁰	Centro de Ensino		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²¹	Função/Cargo
Geraldo Antonio de Andrade Araujo	057.537.676-72	0,00%	Diretor
Gumercindo Souza Lima	479.078.356-15	0,00%	Diretor
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ²²	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados

¹⁹ A busca realizada na Receita Federal informou que a empresa se encontra baixada, pelo motivo: "Extinção por Encerramento Liquidação Voluntária", datada em 01/08/2016. Acesso em 25/05/2020.

²⁰ A busca de websites é limitada ao nome do Target e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o Target. Acesso em 26/05/2020.

²¹ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	26/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D ²³	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

²³ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁴							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

²⁴ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)

Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia²⁵

Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Universidade Federal de Viçosa ²⁶	06/2013	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da Universidade Federal de Viçosa contendo relatório de atividades da instituição. No relatório, é citado que o <i>Centro de Ensino de Extensão</i> seria um órgão vinculado a Universidade Federal de Viçosa - UFV, e coordenaria o Centro de Excelência do Café das Matas de Minas (CEC) que " <i>congrega entidades públicas e privadas com a missão de promover o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do Café das Matas de Minas</i> ."
FACEV ²⁷	2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da FACEV, referente à gestão do ano de 2016, reporta que a FACEV - Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa serviria de apoio na gestão administrativa de " <i>três livrarias e Café Cultura da Editora UFV, bem como do Hotel, Cursos e demais atividades do Centro de Ensino de Extensão - CEE, sob regulamento próprio do convênio firmado entre a Epamig, Emater e a UFV. (...) O Centro de Ensino de Extensão - CEE é um convênio desde 1960, renovado entre a UFV, Epamig e Emater em 1986 e atualizado num Centro de Convenções, Cursos e Eventos por Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. É gerido por um Comitê Gestor ligado à Pro Reitoria de Extensão e Cultura - PEC, num espaço de fácil acesso a bancos, farmácia, supermercado, lanchonete, restaurante, livraria, biblioteca e demais prédios na UFV.</i> "

²⁵ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁶ Fonte: [Universidade Federal de Viçosa](http://www.ufv.br). Acesso em 25/05/2020.

²⁷ Fonte: [FACEV](http://www.facev.org.br). Acesso em 25/05/2020.



c) José Mauro de Souza Lima

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	José Mauro de Souza Lima	
CPF	283.027.886-00	
Data de Nascimento	07/09/1956	
Posição	Irmão de Gumerindo Lima	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²⁸
Fundação Assistencial e Promocional Con Modesto Paiva	20.321.618/0001-60	0,00%
José Mauro de Souza Lima	66.293.853/0001-77	100,00%
José Mauro de Souza Lima 28302788600	20.363.809/0001-95	100,00%
José Mauro de Souza Lima 28302788600	27.606.483/0001-29	100,00%
Na Faixa Modas Comercio de Roupas Ltda.	04.730.573/0001-21	0,50%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/D ²⁹
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais

²⁸ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²⁹ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D ³⁰	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
PL	29/09/2007	Viçosa	MG	Regular
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

³⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³¹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ³²

³¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ³²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ³³	1979 - 1981	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que José Lima teria atuado como "Professor Ensino Fundamental" no Colégio Raul de Leoni de Viçosa, CRL.
	1979 - 1982		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria atuado como "Radialista Repórter" na Sociedade Rádio Montanhese de Viçosa, MONTAHESA AM.
	1982 - 1985		Publicação do Lattes reporta que José Lima ocuparia o cargo de "Chefe de Serviços Nivel C" na Prefeitura Municipal de Viçosa, PMV.
	1985 - 1990		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria atuado como "Diretor do Departamento de Áudio" na LPC Comunicações, LPC
	1986 - 1986		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria feito um curso de radialista no Centro de Universitário Senac.
	1987 - 1990		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria se graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC Campinas.
	1990 - 1990		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria ocupado o cargo de "Produtor de Rádio e Televisão" na Junta de Rádio e Televisão, JURATEL.
	1990 - 1991		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria atuado como "Coordenador de Jornalismo" na Rede Bandeirantes de Rádio e TV, BAND.
	1991 - 2005		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria atuado como "Diretor de Criação e Produção de Audiovisual" no Centro de Produções Técnicas, CPT-VIÇOSA.
	1996 - Atual		Publicação do Lattes reporta que José Lima ocuparia o cargo de "Jornalista Locutor Apresentador" no Centro de Produções Técnicas, CPT-VIÇOSA.
	2002 - 2009		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria ocupado o cargo de "Assessor de Imprensa e Relações Públicas" na Câmara Municipal de Viçosa, CMV.
	2006 - Atual		Publicação do Lattes reporta que José Lima ocuparia o cargo de "Assessor de Comunicação" Prefeitura Municipal de São Miguel do Anta, PMSMA.
	2006 - 2007		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria atuado como "Assessor de Comunicação" na União de Ensino Superior de Viçosa Ltda., UNIVIÇOSA.
	2007 - 2008		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria cursado "Especialização em Docência em Ensino Superior" na instituição EVATA - Educação Avançada.
	2010 - Atual		Publicação do Lattes reporta que José Lima atuaria como radialista na "Fundação de Rádio e Televisão Viçosa, FRATEVI".
2010 - Atual	Publicação do Lattes reporta que José Lima atuaria como "Professor" na Faculdade de Viçosa, FDV.		
2011 - 2011	Publicação do Lattes reporta que José Lima teria cursado "Aperfeiçoamento		

³³ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 26/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ³²			
			em <i>Administração Estratégica</i> ” na instituição União de Ensino Superior de Viçosa.
	2011 - 2012		Publicação do Lattes reporta que José Lima teria cursado <i>“Especialização em Comunicação Empresarial, Publicidade e Marketing”</i> pela instituição União de Ensino Superior de Viçosa Ltda.
Transparência Brasil ³⁴	20/12/2012	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal da Transparência Brasil reporta que José Lima estaria integrando a lista de espera do concurso público para a carreira de técnico administrativo na Universidade Federal de Viçosa - UFV.
Escavador ³⁵	04/02/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Escavador reporta que José Lima seria <i>“Comunicólogo Social - Jornalista e Publicitário. Professor Universitário. Professor de Ensino Superior. Graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP (199)1. Especialização (pós-graduação) em Docência em Ensino Superior na EVATA Educação Avançada, Viçosa/Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga, Ponte Nova, MG 2007. Especialização (Pós-graduação) em Comunicação Empresarial, Publicidade e Marketing na UNIVIÇOSA/FACISA, Viçosa, MG. Aperfeiçoamento em Administração estratégica na UNIVIÇOSA/FACISA, Viçosa, MG. Radialista profissional - SENAC-Campinas, SP. Experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Publicidade, Criação e Produção em Rádio e Televisão, Relações Públicas e Produções audiovisuais e documentários, institucionais e filmes educativos. Professor e Coordenador de Projetos Experimentais de Conclusão de Curso da FDV- Faculdade de Viçosa do curso de Comunicação Social Publicidade e Propaganda. Jornalista e Radialista da Fundação Rádio e Televisão Viçosa, entidade parceira da Universidade Federal de Viçosa. Diretor de Produção (criação, produção e roteirista) de filmes técnicos e educativos e autor de manuais técnicos de treinamento profissional. Produtor de peças publicitárias. Comunicação e marketing político. Organizador e diretor de campanhas eleitorais para rádio e televisão. Locutor e apresentador de Rádio e TV. Assessor e consultor em Comunicação Social para empresas, instituições públicas. Palestrante e Facilitador de cursos de qualificação técnica em Oratória e Técnicas de Comunicação Pessoal e Interpessoal.”</i> A mídia também informa que de 1982 a 1985, José Mauro de Souza Lima teria trabalhado na Prefeitura Municipal de Viçosa, sendo chefe de serviços Nível C; de 2002 a 2009 teria atuado na Câmara Municipal de Viçosa, sendo assessor de imprensa e relações públicas e desde de 2006 atuaria na Prefeitura Municipal de São Miguel do Anta, no cargo de assessor de comunicação.

³⁴ Fonte: [Transparência Brasil](http://Transparência.Brasil). Acesso em 26/05/2020.

³⁵ Fonte: Escavador. Acesso em 26/05/2020.



d) Lydia Iglesias de Souza Lima

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Lydia Iglesias de Souza Lima ³⁶	
CPF	064.683.866-08	
Data de Nascimento	30/06/1933	
Posição	N/A	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ³⁷
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/D ³⁸
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	25/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta

³⁶ Em consulta à Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União, foi identificada seguinte informação "CPF: 064.683.866-08- Titular falecido". Acesso em 25/05/2020

³⁷ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³⁸ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	25/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	25/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	25/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	25/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	25/05/2020	N/D ³⁹	
Offshore Leaks - ICIJ	25/05/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ⁴⁰	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

³⁹ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 25/05/2020.

⁴⁰ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral" Acesso em 26/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴¹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁴¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ⁴²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁴² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente à Gustavo Paiva Cruz (“Gustavo”), inscrito no CPF 098.768.626-77, Presidente da Fundação de apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (“FACEV”) que atuará no âmbito Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”) no processo de execução de alguns produtos, contratando profissionais e sustentará as relações trabalhistas e administrativas com as organizações do terceiro o setor, sem fins lucrativos, que comporão o corpo de gestão da ATI em parceria com o NACAB¹.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

¹Pág. 23 do Plano de Trabalho NACAB - versão 49.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

GUSTAVO PAIVA CRUZ

JUNHO DE 2020



Building a better
working world



Número do documento: 20070618334217700000121981683

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334217700000121981683>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:42

19 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano



1. ESCOPO

Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Gustavo Paiva Cruz", ("Gustavo Cruz", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 098.768.626-77, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
D L Paiva Cruz ("Luz da Aurora")	Pessoa Jurídica	12.459.592/0001-93
Dh de Oliveira & Amp, Cia Ltda. ("Dh de Oliveira")	Pessoa Jurídica	02.024.381/0001-74
Dilane Luzia Paiva Cruz ("Dilane Cruz")	Pessoa Física	656.585.316-91
Hudson Geraldo Cruz ("Hudson Cruz 90589670778")	Pessoa Jurídica	00.582.330/0001-32
Hudson Geraldo Cruz ("Hudson Cruz")	Pessoa Física	905.896.707-78



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 06 de maio de 2020 a 15 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, ("Titulares ou ex-Titulares"), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores ("Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente"), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Gustavo Cruz Hudson Cruz
Interações com agentes públicos ou administração pública		Gustavo Cruz Luz da Aurora Dh de Oliveira
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	Gustavo Cruz
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Luz da Aurora Dh de Oliveira Dilane Cruz Hudson Cruz 90589670778 Hudson Cruz
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4. RESULTADOS

a) Gustavo Paiva Cruz

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Gustavo Paiva Cruz	
CPF	098.768.626-77	
Data de Nascimento	27/11/1990	
Posição	Vice-presidente - FACEV - Fundação FACEV de apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura ¹	
Endereço	Rua Carlos Arlindo, 123, Apartamento 401, Cascadura, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21.380-060	
Outros Endereços	Avenida Maria Fernandes de Abreu, 75, Jardim Ana Adelaide, Araraquara - SP, CEP: 14.811-442 Rua Ernesto Simões Rosinha, 63, Vila Piedade, Itapetininga - SP, CEP: 18.210-415	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	11/06/2020	Nada consta ³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais

¹ Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo apresentou que não constam débitos. Não foi possível realizar a pesquisa junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio de Janeiro, a base de dados informa que: "Certidão não encontrada!"





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁵				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal de Justiça do Estado	São Paulo	01	01	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	15ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	São Paulo	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁷	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 02/06/2020.



4.5.1 Processos Judiciais ⁸ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça de São Paulo	1500549-54.2020.8.26.0318	05/05/2020	N/I	Inquérito Policial	Autor: Justiça Federal, Averiguado: Gustavo Paiva Cruz

4.6 Registros de Mídia ⁹			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Ver Salários ¹⁰	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração	Publicação do <i>website</i> Ver Salários do Governo Federal reporta que Gustavo Paiva Cruz seria Assistente em Administração na Universidade Federal de Viçosa - MG com salário de BRL 4.437,85 mensais.
Fundação FACEV ¹¹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no <i>website</i> da Fundação FACEV apresenta seu Conselho de Administração, no qual Gustavo Paiva Cruz consta como membro titular e vice-presidente, com mandato até 31/03/2021.
Lattes ¹²	2006 - 2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz finalizou o ensino médio na Escola Estadual Raul Soares. Última atualização em 22/09/2017.
	2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz realizou o curso de "Introdução ao Desktop do Linux. (Carga horária: 20h). Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil." Última atualização em 22/09/2017.
	2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz realizou o curso de "Libre Office. (Carga horária: 20h). Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil." Última atualização em 22/09/2017.
	2013 - 2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz realizou sua graduação em Administração pela

⁸ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁹ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹⁰ Fonte: [Ver Salários](#). Acesso em 14/05/2020.

¹¹ Fonte: [Fundação FACEV](#). Acesso em 09/06/2020.

¹² Fonte: [Lattes](#). Acesso em 19/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁹			
		e/ou atividades	Universidade Federal de Viçosa, UFV. Última atualização em 22/09/2017.
	2014	Interações com agentes públicos ou administração Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz realizou o curso de "Noções de Gestão Documental. (Carga horária: 24h). Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil." Última atualização em 22/09/2017.
	2016	Interações com agentes públicos ou administração Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz realizou o curso de "Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil." Última atualização em 22/09/2017.
	2017	Interações com agentes públicos ou administração Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz realizou o curso de "MS Excel 2010 - Básico. (Carga horária: 40h). Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais, UAI TEC, Brasil." Última atualização em 22/09/2017.
	2017	Interações com agentes públicos ou administração Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta que Gustavo Paiva Cruz teria sido: "Funcionário Homenageado do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Viçosa." Última atualização em 22/09/2017.
	NI	Interações com agentes públicos ou administração Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do portal Lattes reporta "texto informado pelo autor" no qual consta que Gustavo Paiva Cruz: "Atua como assistente em administração no Departamento de Biologia Geral na UFV no período de 2013-atual, desenvolvendo atividades de atendimento a professores, alunos e servidores, operando sistemas de informação de compras, transportes, processos, ordens de serviço e outros." Última atualização em 22/09/2017.
Imprensa Nacional ¹³	24/03/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do website Imprensa Nacional apresenta o Diário Oficial da União do dia 23 de março de 2016, na qual consta a exoneração do servidor Gustavo Paiva Cruz da função de Chefe de Seção da Fundação Universidade Federal de Viçosa.
Universidade Federal de Viçosa ¹⁴	24/05/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do website da Universidade Federal de Viçosa apresenta a pauta da 408ª reunião do dia 24 de maio de 2016, na qual consta o nome de Gustavo

¹³ Fonte: Imprensa Nacional. Acesso em 21/05/2020.

¹⁴ Fonte: UFV. Acesso em 19/05/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁹			
		e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Paiva Cruz na relação de servidores técnicos-administrativos que teriam passado pela avaliação de estágio probatório.
Jusbrasil ¹⁵	21/01/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Jusbrasil reporta que Gustavo Paiva Cruz teria o cargo de Assistente em Administração na Universidade Federal de Viçosa, e que teria sido transferido para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
Portal da Transparência ¹⁶	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	O Portal da Transparência reporta que Gustavo Paiva Cruz teria cargo no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais com remuneração básica em abril de 2020 de BRL 3.998,03. Gustavo Paiva Cruz teria ingressado no serviço público em 13 de setembro de 2013, no qual o Portal reporta o seguinte histórico de vínculos: Função gratificada na Universidade Federal de Viçosa - MG de 17/07/2014 a 24/03/2016; Assistente em Administração na Universidade Federal de Viçosa - MG desde 17/07/2014, não informada data de término; e Assistente em Administração no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, não informada data de início e término.

¹⁵ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 19/05/2020.

¹⁶ Fonte: [Portal da Transparência](#). Acesso em 15/06/2020.



b) D L Paiva Cruz

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	D L Paiva Cruz		
Nome Fantasia	Luz da Aurora		
CNPJ	12.459.592/0001-93 ¹⁷		
Natureza Jurídica	Empresário Individual		
CNAE Primário	4781-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios		
CNAE Secundário	N/A		
Capital Social	BRL 10.000,00		
Data de Abertura	31/08/2010		
Endereço	Rua Conego Abreu e Silva, 90, Loja 04, Centro, Ubá - MG, CEP: 36.500-001		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/A ¹⁸		
Website ¹⁹	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²⁰	Função/Cargo
Dilane Luzia Paiva Cruz	656.585.316-91	100,00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ²¹	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados	
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	

¹⁷ A busca realizada na Receita Federal informou que a empresa se encontra baixada, pelo motivo: "Extinção por Encerramento Liquidação Voluntária", datada em 27/12/2018.

¹⁸ Não foi possível realizar a consulta devido à empresa estar com a situação cadastral "baixada".

¹⁹ A busca de websites é limitada ao nome do Target e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o Target. Acesso em 09/06/2020.

²⁰ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	N/D ²²
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	15/06/2020	N/D ²³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	09/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	09/06/2020	Nada consta	

²² Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 12.459.592/0001-93 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 16/06/2020.

²³ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "Contribuinte inscrito no cadastro de ICMS: para imprimir sua certidão é necessário realizar o Login no SIARE com sua senha de acesso. Contribuintes MEI e demais usuários não inscritos na SEF devem comparecer à Administração Fazendária indicada no comprovante do protocolo para imprimir sua certidão." Acesso em 15/06/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ²⁴				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ²⁶	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		01			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

²⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁶ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 02/06/2020.



4.5.1 Processos Judiciais ²⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	272/2011-078-03-00.6	N/I	N/I	N/I	Embargante: D L Paiva Cruz, Embargado: Alexandra Aparecida Camilo
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	281/2011-078-03-00.7	N/I	N/I	N/I	Embargante: D L Paiva Cruz, Embargado: Alexandra Aparecida Camilo

4.6 Registros de Mídia ²⁸			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Jornal IOF ²⁹	15/08/2015	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do <i>website</i> Jornal IOF reporta o edital 008.254/2015, da superintendência regional da fazenda na cidade de Ubá - MG, que intima a empresa D L Paiva Cruz, "a apresentar na Administração de sua circunscrição, Rua São José 198 centro Ubá MG, no prazo de 10(dez) dias, contados da data de publicação desta, toda a documentação fiscal em seu poder, especialmente os talonários de notas fiscais, sob pena de serem os mesmos declarados inidôneos ou ideologicamente falsos, nos termos da Resolução nº 4 .182/10 e terem suas inscrições canceladas de ofício, com base no disposto no art . 108,inciso II,alíneas "b" e "c" do RICMS/02 ."

²⁷ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁹ Fonte: [Jornal IOF](#). Acesso em 15/06/2020.



c) Dh de Oliveira & Cia Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Dh de Oliveira & Cia Ltda.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	02.024.381/0001-74 ³⁰		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	7512 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática		
CNAE Secundário	N/A		
Capital Social	BRL 20.000,00		
Data de Abertura	01/08/1997		
Endereço	Avenida Joaquim Dias Santiago, 125, Grama, Tocantins - MG, CEP: 36.512-000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/A ³¹		
Website ³²	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ³³	Função/Cargo
Diego Henrique de Oliveira	104.553.186-38	0,00%	Sócio-Administrador
Dilane Luzia Paiva Cruz	656.585.316-91	1,00%	Sócio
Lenice Maria Miquelito de Paiva	631.517.406-00	99,00%	Sócio
Wenio Oliveira da Silva	107.055.936-90	0,00%	Sócio
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³⁴	
N/I	N/A	N/A	

³⁰ A busca realizada na Receita Federal informou que a empresa se encontra inapta, pelo motivo de: "omissão de declarações", datada em 23/01/2019.

³¹ Não foi possível realizar a consulta devido à empresa estar com a situação cadastral "inapta".

³² A busca de websites é limitada ao nome do Target e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o Target. Acesso em 09/06/2020.

³³ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³⁴ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	11/06/2020	N/D ³⁵
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	11/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	16/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	09/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	09/06/2020	Nada consta	

³⁵ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 02.024.381/0001-74 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 11/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ³⁶				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³⁷							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ³⁸	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		04				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

³⁶ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 02/06/2020.



4.5.1 Processos Judiciais ³⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁴⁰			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Jornal IOF ⁴¹	30/03/2017	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal de notícias Jornal IOF apresenta o Edital 010.223/2017, que intima os sócios da Dh de Oliveira & Cia, "a apresentar na Administração de sua circunscrição, no prazo de 10(dez) dias, contado da data de publicação desta, toda a documentação fiscal em seu poder, especialmente os talonários de notas fiscais, sob pena de serem os mesmos declarados inidôneos ou ideologicamente falsos, nos termos da Resolução nº. 4.182/10 e terem suas inscrições canceladas de ofício, com base no disposto no art. 108, inciso II, alíneas "b" e "c" do RICMS/02. Município de Ubá".

³⁹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁰ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴¹ Fonte: [Jornal IOF](#). Acesso em 10/06/2020.



d) Dilane Luzia Paiva Cruz

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Dilane Luzia Paiva Cruz	
CPF	656.585.316-91	
Data de Nascimento	13/12/1967	
Posição	Mãe de Gustavo Paiva Cruz	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴²
D L Paiva Cruz	12.459.592/0001-93	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ⁴³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	09/06/2020	Nada consta

⁴² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴³ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	09/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	09/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ⁴⁴	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente⁴⁵				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente⁴⁶				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁷	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

⁴⁴ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral." Acesso em 11/06/2020.

⁴⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁶ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴⁷							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁴⁸	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT	N/A			01			
CADE	N/A			N/I			
CVM	N/A			N/I			
TCU	N/A			N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ⁴⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010641-71.2018.5.03.0078	N/I	N/I	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Autor: Dilane Luzia Paiva Cruz, Réu: Parma Shop Ltda. Epp

4.6 Registros de Mídia ⁵⁰			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁴⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 02/06/2020.

⁴⁹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵⁰ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



e) Hudson Geraldo Cruz 90589670778

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Hudson Geraldo Cruz 90589670778		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	00.582.330/0001-32 ⁵¹		
Natureza Jurídica	Empresário (Individual)		
CNAE Primário	Comércio - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	02/05/1995		
Endereço	Rua Antônio Martins Sobrinho, 38 - Térreo, Centro, Ubá-MG, CEP: 36500-001		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/A ⁵²		
Website ⁵³	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ⁵⁴	Função/Cargo
Hudson Geraldo Cruz	905.896.707-78	100,00%	Sócio-Administrador
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁵⁵	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados	
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	

⁵¹ A busca realizada na Receita Federal informou que a empresa se encontra baixada, pelo motivo: "Extinção por Encerramento Liquidação Voluntária", datada em 27/12/2018.

⁵² Não foi possível realizar a consulta devido à empresa estar com a situação cadastral "baixada".

⁵³ A busca de websites é limitada ao nome do Target e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o Target. Acesso em 09/06/2020.

⁵⁴ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁵⁵ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	09/06/2020	N/D ⁵⁶
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	16/06/2020	N/D ⁵⁷
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	09/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	09/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	09/06/2020	Nada consta	

⁵⁶ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 00582330000132 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet." Acesso em 09/06/2020.

⁵⁷ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 09/06/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁵⁸				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵⁹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁶⁰	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		03			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

⁵⁸ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 09/06/2020.



4.5.1 Processos Judiciais ⁶¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	0054292-52.2011.8.13.0699	17/06/2011	Nota Promissória	Execução de Título Extrajudicial	Exequente: Colégio Raiz Ltda., Executado: Hudson Geraldo Cruz
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	0011050-09.2012.8.13.0699	02/02/2012	Rescisão Contratual e Devolução de Valores	Procedimento do Juizado Especial Cível	Autor: Hudson Geraldo Cruz, Réus: Hermes S.A. Compra Fácil e Banco American Express S.A.
Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região	0001372-13.2015.5.03.0078	N/I	Verbas Rescisórias	Execução Trabalhista	Exequentes: Aline de Souza Fernandes e Hudson Geraldo Cruz, Executados: Camargo e Valente Indústria, Participações, Comercial Importadora e Exportadora Ltda - ME, R. C. Valente Indústria e Comércio Ltda - ME, Valedent Comércio e Indústria Ltda, Aldo Silva Valente Júnior, Thiago Camargo vieira, Joselita Camargo Valente

4.6 Registros de Mídia ⁶²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/A	N/I	N/I	N/I

⁶¹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

f) Hudson Geraldo Cruz

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Hudson Geraldo Cruz	
CPF	905.896.707-78	
Data de Nascimento	14/12/1966	
Posição	Pai de Gustavo Paiva Cruz	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁶³
Hudson Geraldo Cruz	00.582.330/0001-32	100,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ⁶⁴
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	09/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	09/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de	Conselho Nacional de Justiça	09/06/2020	Nada consta

⁶³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁶⁴ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.



4.3 Bases de Conformidade			
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	09/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	09/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	09/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	09/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁶⁵				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁶⁶				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶⁷	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

⁶⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁶ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁷ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. Não foram identificados indicadores de endereço relacionados ao *Target* em bases de dados, entretanto, foram considerados os tribunais/cortes/instituições do Estado de Minas Gerais, considerando os indicativos de endereço identificados em mídia. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶⁷							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	03	N/A	N/A	N/A	N/A	03
Justiça Federal	Minas Gerais	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁶⁸	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais ⁶⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	0011050-09.2012.8.13.0699	02/02/2012	Rescisão Contratual e Devolução de Valores	Procedimento do Juizado Especial Cível	Autor: Hudson Geraldo Cruz, Réus: Hermes S.A. Compra Fácil e Banco American Express S.A.
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	0054292-52.2011.8.13.0699	17/06/2011	Nota Promissória	Execução de Título Extrajudicial	Exequente: Colégio Raiz Ltda., Executado: Hudson Geraldo Cruz
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	5003412-92.2016.8.13.0699	03/11/2016	Carta Precatória Cível	Direito Processual Civil E Do Trabalho - Objetos De Cartas Precatórias/De Ordem - Citação	Autor: Valedent Comercio E Industria Ltda, Réu: Hudson Geraldo Cruz

⁶⁸ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 09/06/2020.

⁶⁹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁶⁹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região	0001372-13.2015.5.03.0078	N/I	Verbas Rescisórias	Execução Trabalhista	Exequentes: Aline de Souza Fernandes e Hudson Geraldo Cruz, Executados: Camargo e Valente Indústria, Participações, Comercial Importadora e Exportadora Ltda - ME, R. C. Valente Indústria e Comércio Ltda - ME, Valedent Comércio e Indústria Ltda, Aldo Silva Valente Júnior, Thiago Camargo vieira, Joselita Camargo Valente

4.6 Registros de Mídia ⁷⁰			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Associação Comercial e Industrial de Ubá ⁷¹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do <i>website</i> da Associação Comercial e Industrial de Ubá apresenta a galeria de ex-presidentes da associação, na qual Hudson Geraldo Cruz consta como Diretor do Comércio no período de 2005 a 2006.
LinkedIn ⁷²	01/2000 - 01/2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do LinkedIn reporta que Hudson Geraldo Cruz atuou como Administrador na Consult Informática em Ubá - MG.
	12/2014 - Atual	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do LinkedIn reporta que Hudson Geraldo Cruz atua como Gerente de Vendas na Carvalho e Farnese em Ubá - MG, cujas atividades são "Atuar de forma a desenvolver os produtos, ações como encartes, ponta de gôndola. acompanhar estoque dos clientes, identificar as oportunidades, fechar contratos de fidelidade, estar sempre atento a precificação dos produtos, levar ao cliente oportunidade de ter produtos de giro e grande rentabilidade;".
	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do LinkedIn relata que Hudson Geraldo Cruz finalizou o ensino médio pelo Colégio Infante Dom Henrique, no Rio de Janeiro.

⁷⁰ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷¹ Fonte: [ACIUBÁ](#). Acesso em 10/06/2020.

⁷² Fonte: [LinkedIn](#). Acesso em 11/06/2020.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ⁷⁰		
	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades
		Publicação do LinkedIn relata que Hudson Geraldo Cruz realizou o curso de Técnico de Informática pelo SENAC.



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade (“Sustentar”), inscrito no CNPJ 07.972.773/0001-89, organização não governamental sem fins lucrativos e econômicos, voltada à promoção e implementação, em ambientes rurais e urbanos, do desenvolvimento sustentável e da economia solidária como alternativa econômica. O Sustentar atuará como entidade parceira na Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”)¹.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

¹ Pág. 24 do Plano de Trabalho NACAB - versão 49.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

SUSTENTAR - O INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISA EM

SUSTENTABILIDADE

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334217700000121981683

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334217700000121981683>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:42

Num. 123307180 - Pág. 162



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Em Sustentabilidade", ("Instituto Sustentar", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CNPJ sob o número 07.972.773/0001-89.



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

- 2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 19 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:
- 2.1.1. Registros corporativos;
 - 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
 - 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
 - 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
 - 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
 - 2.1.6. Registros de filiação partidária;
 - 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
 - 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
 - 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
 - 2.1.10. Registros de mídias digitais;
- 2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:
- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
 - 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
 - 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
 - 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: “e-saj”, “Projudi”, “PJe”, etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão “Processos Judiciais e Administrativos” são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de



dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa (“localização atual”). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são proveniente de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2ª grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 19 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 145.831 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;

- Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	-
Interações com agentes públicos ou administração pública		Instituto Sustentar
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		Instituto Sustentar
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Em Sustentabilidade

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Em Sustentabilidade		
Nome Fantasia	Instituto Sustentar		
CNPJ	07.972.773/0001-89		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CNAE Secundário	72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais 72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	14/03/2006		
Endereço	Avenida Hum, 2863, Casa Branca, Brumadinho - MG, CEP: 35.460-000		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ¹	Instituto Sustentar		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ²	Função/Cargo
Jacqueline Elizabeth Rutkowski	N/I	N/I	Presidente
Vassily Khoury Rolim	N/I	N/I	Diretor
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³	

¹ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 06/05/2020.

² O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	25/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	06/05/2020	N/D ⁴	
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020	Nada consta	

⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade de dados. Acesso em 25/05/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Ministério Público do Estado de Minas Gerais- MPMG ⁸	03/07/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais- MPMG reporta que o Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Em Sustentabilidade teria sido convocado entre as entidades escolhidas para a representação da Região 4 que abrange os municípios de Pompeu e Curvelo em Minas Gerais. As entidades ficariam convocadas para apresentação dos projetos há comunidade local no dia 14 de julho de 2019.
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁹	01/01/2009	Outras Parcerias	Publicação do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que o Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade teria feito parceria em 29/07/2010, com o Convênio IEF para projeto Minhocucu em Brumadinho, MG. Seriam 15.000 pessoas beneficiadas o valor total inicial de R\$108.400,00, tendo como objetivo do projeto a proteção da fauna e flora e a conservação e uso sustentável do Minhocucu em Minas Gerais.

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ Fonte: [Ministério Público do Estado de Minas Gerais- MPMG](http://www.mpmg.org.br). Acesso em 07/05/2020.

⁹ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](http://portal.transparencia.mg.gov.br). Acesso em 07/05/2020.



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (“INSEA”), inscrito no CNPJ 05.041.786/0001-09, entidade de assessoria técnica especializada, sem fins lucrativos, de atuação de âmbito nacional. O INSEA atuará como entidade parceira na Assessoria Técnica Independente (“ATI”) da Região 3 – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (“NACAB”)¹.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

¹ Pág. 25 do Plano de Trabalho NACAB - versão 49.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL - INSEA

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334305700000121981687

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334305700000121981687>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:43

Num. 123307184 - Pág. 2



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	9

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar norteamericano



1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA", ("INSEA", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CNPJ sob o número 05.041.786/0001-09, e com relação aos seus sócios, diretores e/ou representantes (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Guilherme Romeros da Fonseca ("Guilherme Fonseca")	Pessoa Física	029.345.636-42
Leda Costa	Pessoa Física	715.557.736-72
Luciano Marcos Pereira da Silva ("Luciano da Silva")	Pessoa Física	802.425.296-15



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 18 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;



- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos sejam apresentados neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	INSEA
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Guilherme Fonseca Leda Costa Luciano da Silva
Interações com agentes públicos ou administração pública		INSEA Guilherme Fonseca Luciano da Silva
Parcerias com ATI em questão		INSEA Guilherme Fonseca Leda Costa Luciano da Silva
Outras Parcerias		INSEA
Possível atividade da empresa		INSEA Guilherme Fonseca
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		INSEA Guilherme Fonseca Leda Costa Luciano da Silva
Relação com Vale		-





4. RESULTADOS

a) Instituto Nenuca de Desenvolvimento¹ Sustentável - INSEA

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA		
Nome Fantasia	INSEA		
CNPJ	05.041.786/0001-09		
Natureza Jurídica	Associação Privada		
CNAE Primário	94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CNAE Secundário	94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	22/01/2002		
Endereço	Rua Salinas, 1088, Santa Tereza, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.015-294		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ²	INSEA		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ³	Função/Cargo
Guilherme Romeros da Fonseca	029.345.636-42	0,00%	Diretor
Leda Costa	715.557.736-72	0,00%	Diretor
Luciano Marcos Pereira da Silva	802.425.296-15	0,00%	Presidente
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁴	
N/I	N/A	N/A	

¹ Identificamos que no próprio registro junto a Receita Federal, consta Desenvolvimento e não Desenvolvimento.

² A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 06/05/2020.

³ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	06/05/2020	N/D ⁵
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	26/05/2020	N/D ⁶
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	06/05/2020	Consta ⁷
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	06/05/2020	Consta ⁸
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	06/05/2020	N/D ⁹
Certidão de Débitos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	06/05/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	06/05/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	06/05/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	06/05/2020	Nada consta

⁵ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 05.041.786/0001-09 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 05/06/2020.

⁶ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Contribuinte inscrito no cadastro de ICMS: para imprimir sua certidão é necessário realizar o Login no SIARE com sua senha de acesso. Contribuintes MEI e demais usuários não inscritos na SEF devem comparecer à Administração Fazendária indicada no comprovante do protocolo para imprimir sua certidão.". Acesso em: 26/05/2020.

⁷ Consta 01 débito em face do *Target* perante a Secretaria de Inspeção do Trabalho.

⁸ Consta 06 autuações em face do *Target* perante a Secretaria de Inspeção do Trabalho.

⁹ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "As informações disponíveis não são suficientes para a comprovação automática da regularidade do empregador perante o FGTS. Solicitamos acessar o portal Conectividade Social, mediante certificado ICP, para verificar possíveis impedimentos ou comparecer a uma das Agências da CAIXA". Acesso em: 05/06/2020.



4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	06/05/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta		Resultado
Lista de Sanções - OFAC	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - ONU	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - União Europeia	06/05/2020		Nada consta
Lista de Sanções - França	06/05/2020		N/D ¹⁰
Offshore Leaks - ICIJ	06/05/2020		Nada consta

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ¹¹				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹²							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	06	N/A	N/A	N/A	N/A	06
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

¹⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 06/05/2020.

¹¹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹² As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹²							
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	02	N/A	N/A	N/A	N/A	02
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			10		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ¹³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	5022519-08.2019.8.13.0024	N/I	N/I	N/I	Autor: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA; Réu: Fundação Estadual do Meio Ambiente.
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010234-13.2017.5.03.0139	N/I	N/I	N/I	Autor: Marília Gonçalves Piconez; Réu: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA.
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	0010523-20.2018.5.03.0006	N/I	N/I	N/I	Autor: Diogo Tunes Alvares Da Silva; Réu: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	0045977-55.2015.8.13.0647	21/05/2015	Despejo Por Denúncia Vazia / Espécies de Contratos / Civil / Locação de Imóvel / Obrigações	Despejo por falta de Pagamento Cumulado com Cobrança	Ativa: Luiz Francisco da Costa; Passiva: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA.
Tribunal de Justiça do	5070866-	18/05/2016	Direito Civil -	Procedimento Comum	Autor: Waldimir Rodrigues Viana; Réu: Instituto

¹³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

